**PROJETO DE LEI N.º 6.705-A, DE 2009
(Do Senado Federal)**

PLS Nº 160/07

OFÍCIO Nº 3187/09 - SF

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre produtos escolares de fabricação nacional e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da venda desses produtos; tendo parecer da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição (relator: DEP. PAULO RUBEM SANTIAGO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
EDUCAÇÃO E CULTURA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

PARECER VENCEDOR

Em que pesem as manifestações meritórias do nobre autor e do relator da proposição, não posso apoiar a proposta, uma vez que o financiamento da educação brasileira pública apoia-se na receita resultante de impostos.

Assim, toda isenção de impostos reduz o montante de recursos disponíveis para arcar com as despesas educacionais.

O direito à educação é assegurado a partir dos mecanismos que atuem diretamente sobre as políticas públicas educacionais de caráter estruturante.

A isenção sobre produtos escolares não garante, automaticamente, a melhoria de sua qualidade.

Desta forma, ressalvada a nobre intenção do autor e do relator, meu voto é pela rejeição do PL nº 6.705, de 2009.

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2011.

Deputado **PAULO RUBEM SANTIAGO**
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.705/2009, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Paulo Rubem Santiago.

O parecer do Deputado Pinto Itamaraty passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Newton Lima - Presidente, Raul Henry, Pedro Uczai e Paulo Rubem Santiago - Vice-Presidentes, Alex Canziani, Alice Portugal, Biffi, Chico Alencar, Fátima Bezerra, Gabriel Chalita, Izalci, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Luiz Carlos Setim, Luiz Noé, Mara Gabrilli, Paulo Freire, Pinto Itamaraty, Professor Setimo, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reginaldo Lopes, Rogério Marinho, Stepan Nercessian, Tiririca, Waldenor Pereira, Aline Corrêa, Ariosto Holanda, Dr. Ubiali, Gilmar Machado, Keiko Ota e Rogério Peninha Mendonça.

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2012.

Deputado NEWTON LIMA

Presidente

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PINTO ITAMARATY

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, advindo do Senado Federal, visa dispor sobre a isenção de IPI e de contribuições sociais incidentes sobre produtos escolares de fabricação nacional.

A tramitação dá-se em regime de prioridade, conforme o disposto no art. 151, II, “a” do Regimento Interno das Câmara dos Deputados.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II – VOTO

A isenção do IPI sobre os chamados produtos da ‘linha branca’, como geladeiras e máquinas de lavar, no contexto das medidas para atenuar as consequências da crise mundial de 2009, a partir do estímulo ao consumo, revelou-se um mecanismo importante para objetivos de natureza econômica.

Cabe indagar, se não seria oportuno utilizar deste instrumento de política fiscal para atender a objetivos de alcance social e fortalecer as políticas públicas que se orientam para a educação.

Há um consenso nacional acerca da necessidade de garantia do direito à educação e da importância do setor educacional para o desenvolvimento do País.

O acesso ao material escolar é condição para que seja possível a atividade escolar e seja evitada a evasão por parte daqueles que têm dificuldades de arcar com as despesas do material. Nesse contexto, além da redução de custos para o consumidor, a isenção de IPI e de contribuições sociais estimulará as empresas fornecedoras a melhorar continuamente a qualidade do material, e assim, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Do ângulo educacional, portanto, a medida é benéfica.

Aspectos referentes à isenção propriamente dita serão objeto de apreciação por parte da Douta Comissão de Finanças e Tributação-CFT.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.705, de 2009.

Sala da Comissão, em 5 de maio de 2011.

Deputado PINTO ITAMARATY